



ATUAÇÃO DA ABRATEL

COMISSÃO APROVA PL QUE ATUALIZA LEGISLAÇÃO DA RADIODIFUSÃO



O texto poderá seguir ao Senado, a menos que haja recurso para votação pelo Plenário

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, na terça-feira (3), uma proposta que modifica a legislação de radiodifusão.

A Abratel atuou junto a CCJ pela aprovação do projeto que atualiza e moderniza a legislação do setor.

O texto agora tramita em caráter conclusivo e poderá seguir ao Senado, a menos que haja recurso para votação pelo Plenário.

Entre outros pontos, a proposta:

- acaba com a necessidade de licenciamento para funcionamento das estações de telecomunicações a cada renovação de outorga;
- estabelece que as alterações contratuais ou estatutárias em concessões de radiodifusão serão enviadas ao Po-

der Executivo somente se solicitadas;

- obriga as concessionárias a inserir em suas programações recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência. No caso de publicidade, a responsabilidade é do anunciante;

- permite a transferência de concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra, desde que o processo de renovação esteja em andamento;

- permite que o requerimento de renovação de prazos de concessão ou permissão seja feito a qualquer momento antes do vencimento, incluindo os atuais processos intempestivos;

- estabelece que a correção monetária sobre o preço de outorga de rádio e TV incidirá somente depois da aprovação, pelo Congresso Nacional, do decreto legislativo autorizando a concessão.

O texto aprovado altera seis leis, incluindo o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) e a Lei da Radiodifusão Comunitária.

A relatora, deputada Laura Carneiro (PSD/RJ), apresentou parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Comunicação ao Projeto de Lei 2352/23, do deputado Cezinha de Madureira (PSD/SP).

Madureira afirmou que a proposta busca consolidar uma legislação necessária ao setor. “Todos esses itens já vêm sendo tratados via portaria pelo Ministério das Comunicações. E são necessários para incentivar o empresário, que gasta muito e ganha pouco, em função da chegada da internet”, defendeu.



ECAD divulga ações de apoio a radiodifusores do RS

Com o objetivo de amenizar os impactos enfrentados no Rio Grande do Sul (RS) devido às enchentes, o ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição) divulgou ações de apoio aos radiodifusores.

Em junho, as emissoras de rádio sediadas exclusivamente no estado que estiverem sem operação, parcial ou total, por causa dos eventos climáticos no RS, poderão solicitar o cancelamento da cobrança da taxa do ECAD.

Para isso, as rádios deverão enviar um e-mail para: radio@ecad.org.br.

Já no mês de julho, as emissoras de rádio serão contempladas com 50% de desconto no valor da taxa (já incluído o percentual de 25% aplicado no Convênio ABRATEL-ECAD).

Rádios do RS não conveniadas à Abratel também poderão usufruir das ações, desde que estejam em dia com o pagamento do direito autoral e façam o devido envio da programação musical ao ECAD.

Para mais informações, acesse: canaldousuario.ecad.org.br.



Câmara institui grupo de trabalho para debater a regulação das redes sociais

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), criou o grupo de trabalho que vai analisar o Projeto de Lei 2630/20, que pretende regulamentar as redes sociais e combater as chamadas fake news.

Lira anunciou em abril que o GT seria criado para apresentar um texto mais “maduro” para ir ao Plenário. A decisão de criar o grupo foi corroborada pelos líderes partidários.

O presidente da Casa havia dito que a discussão do projeto superou barreiras partidárias e ideológicas por ação das big techs, que não queriam debater o tema de maneira razoável. O texto chegou a ser apresentado de maneira fatiado, em vários projetos distintos, mas não conseguiu consenso na Casa.

“Não é novidade que tentamos por diversas vezes, em diversas oportunidades, com esforço de todos os líderes, do relator, da presidência da Casa, votar o projeto. Sub-

dividimos o texto na questão dos streamings e na questão dos direitos autorais e não conseguimos um consenso. Todos os líderes avaliaram que o projeto não teria como ir ao Plenário”, disse Lira à época.

O grupo de trabalho tem prazo de 90 dias para concluir os trabalhos e é composto por 20 parlamentares:

Ana Paula Leão (PP/MG), Fausto Pinato (PP/SP), Júlio Lopes (PP/RJ), Eli Borges (PL/TO), Gustavo Gayer (PL/GO), Filipe Barros (PL/PR), Glaustin da Fokus (Podemos/GO), Maurício Marcon (Podemos/RS), Jilmar Tatto (PT/SP), Orlando Silva (PCdoB/SP), Simone Marquette (MDB/SP), Márcio Marinho (Republicanos/BA), Afonso Motta (PDT/RS), Delegada Katarina (PSD/SE), Aureo Ribeiro (Solidariedade/RJ), Lídice da Mata (PSB/BA), Rodrigo Valadares (União/SE), Marcel Van Hattem (Novo/RS), Pedro Aihara (PRD/MG), Erika Hilton (Psol/SP).

ABRATEL RECEBE



Recebemos na Abratel, junto a nossa associada RECORD, o Senador pelo estado do Piauí, **Ciro Nogueira**. O parlamentar também preside o partido Progressistas.

7 DE JUNHO | DIA DA LIBERDADE DE IMPRENSA NO BRASIL



EXPEDIENTE

Presidente
Márcio Silva Novaes
Vice-presidente Administrativo
Luciano Ribeiro
Vice-presidente Financeiro
Veríssimo de Jesus
Vice-presidente de Televisão
André Dias
Vice-presidente de Rádio
Luiz Carlos Pereira do Nascimento
Diretor Geral
Samir Nobre

Gerente Executiva
Erinalva Araujo
Assessoria Jurídica e Regulatória
Alvaro Vasconcelos
Eduardo Lopes
Assessoria Técnica de Engenharia
Wender Souza
Administrativo
Ana Duarte
Bruno Veras
Lindinalva Tavares

Coordenador de RelGov
Lindemberg Portela
Assessoria de Comunicação e Designer
Amanda Salviano



 [abratel](#)
 [abratel](#)
 [AbratelRadioTV](#)
 www.abratel.org.br